

	Colégio Estadual Dr. Eduardo Bahiana	
	Data: ____/____/____	Turma: _____
	Aluno: _____	
	Professor: Manuel Antonio	Disciplina: Filosofia

Rousseau no Vestibular

1) UEM (2009)

[...] com exceção de Rousseau, o pensamento liberal do século XVIII permanece restrito aos interesses dos proprietários e, portanto elitista. Embora o pensamento de Montesquieu tenha sido apropriado pelo liberalismo burguês, as suas convicções dão destaque aos interesses de sua classe e, portanto o aproximam dos ideais de uma aristocracia liberal.

ARANHA, Maria Lúcia. de Arruda; MARTINS, Maria Helena. Pires. *Filosofando: introdução à Filosofia*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003. p. 249.

Assinale o que for correto.

- a) Para Rousseau, o soberano é o povo entendido como vontade geral, pessoa moral coletiva livre e corpo político de cidadãos, portanto o governante não é o soberano, mas o representante da soberania popular.
- b) Montesquieu fundamenta-se na teoria política do contrato social de Rousseau para elaborar sua teoria da formação da sociedade civil e do Estado.
- c) O Estado republicano, para Montesquieu, permite a melhor forma de governo, pois possibilita aos cidadãos exercer um controle eficaz sobre os governantes eleitos, limitando seu poder.
- d) Na sua obra *O espírito das leis*, Montesquieu trata das instituições e das leis e busca compreender a diversidade das legislações existentes em diferentes épocas e lugares.
- e) Montesquieu elabora uma teoria do governo fundamentada na separação dos poderes, isto é, do poder legislativo, do poder executivo e do poder judiciário, cada um

desses três poderes deve manter sua autonomia; é dessa forma que se pretende evitar o abuso do poder dos governantes.

2) (Enem PPL 2012)

O homem natural é tudo para si mesmo; é a unidade numérica, o inteiro absoluto, que só se relaciona consigo mesmo ou com seu semelhante. O homem civil é apenas uma unidade fracionária que se liga ao denominador, e cujo valor está em sua relação com o todo, que é o corpo social. As boas instituições sociais são as que melhor sabem desnaturar o homem, retirar-lhe sua existência absoluta para dar-lhe uma relativa, e transferir o eu para a unidade comum, de sorte que cada particular não se julgue mais como tal, e sim como uma parte da unidade, e só seja percebido no todo.

ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou da Educação*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

A visão de Rousseau em relação à natureza humana, conforme expressa o texto, diz que

- a) o homem civil é formado a partir do desvio de sua própria natureza.
- b) as instituições sociais formam o homem de acordo com a sua essência natural.
- c) o homem civil é um todo no corpo social, pois as instituições sociais dependem dele.
- d) o homem é forçado a sair da natureza para se tornar absoluto.
- e) as instituições sociais expressam a natureza humana, pois o homem é um ser político.

3) (Uem 2012)

“Hobbes não viu que a mesma causa que impede os selvagens de usarem sua razão,

como o pretendem os nossos juristas, impede-os também de abusar das suas faculdades, como ele próprio o pretende; de sorte que se poderia dizer que os selvagens não são maus precisamente porque não sabem o que é ser bom”

(ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens*. In: Antologia de textos filosóficos. Curitiba: SEED-PR, 2009, p.590).

A partir disso, assinale o que for correto.

01) Jean-Jacques Rousseau aplica à política o princípio ontológico aristotélico, segundo o qual o homem é uma criatura criada por Deus.

02) As concepções diferentes que Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau têm sobre a natureza humana os levam a divergir sobre a forma de organização que deve fundamentar a sociedade civil.

04) De acordo com Rousseau, são dois os motivos de o homem não ser mau no estado de natureza: em primeiro lugar, sendo isolado e não tendo as paixões do homem civil, o homem natural não ataca, não se vinga, não mata. Além disso, há no homem natural, o sentimento de piedade.

08) Para Rousseau, o homem torna-se o lobo do homem, quando, ao afastar-se do estado de natureza, ele se perverte.

16) Segundo Hobbes, os homens tendem sempre para a guerra, pois, se dois homens desejam a mesma coisa ao mesmo tempo, e esta é impossível de ser obtida por ambos, eles se tornam inimigos.

4) (Unioeste 2011)

“A passagem do estado de natureza para o estado civil determina no homem uma mudança muito notável, substituindo na sua conduta o instinto pela justiça dando às suas ações a moralidade que antes lhes faltava. É só então que, tomando a voz do dever o lugar do impulso físico, e o direito o lugar do apetite, o homem, até aí levando em consideração apenas sua pessoa, vê-se forçado a agir baseado em outros princípios e a consultar e ouvir a razão antes de ouvir suas inclinações. Embora nesse estado se prive de muitas vantagens que frui da natureza, ganha outras de igual monta: suas faculdades se

exercem e se desenvolvem, suas ideias se alargam, seus sentimentos se enobrecem, toda sua alma se eleva a tal ponto que (...) deveria sem cessar bendizer o instante feliz que dela o arrancou para sempre e fez, de um animal estúpido e limitado, um ser inteligente e um homem”.

Rousseau.

Com base no texto, seguem as seguintes afirmativas:

I. A mudança significativa que ocorre para o homem, na passagem do estado natural para o estado civil, é a de que o homem passa a conduzir-se pelos instintos, como um “animal estúpido e limitado”.

II. A conduta do homem, no estado natural, é baseada na justiça e na moralidade e em conformidade com princípios fundados na razão.

III. Ao ingressar no estado civil, na sua conduta, o homem substitui a justiça pelo instinto e apetite, orientando-se, apenas, pelas suas inclinações e não pela “voz do dever” e sem “ouvir a razão”.

IV. Com a passagem do estado de natureza para o estado civil, o homem passa a agir baseado em princípios da justiça e da moralidade, orientando-se antes pela razão do que pelas inclinações.

V. Com a passagem do estado de natureza para o estado civil, o homem obtém vantagens que o faz um “ser inteligente e um homem”, obtendo, assim a “liberdade civil”, submetendo-se, apenas, “à lei que prescrevemos a nós mesmos”.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I e II estão corretas.
- b) Apenas II e III estão corretas.
- c) Apenas I e V estão corretas.
- d) Apenas IV e V estão corretas.
- e) Apenas II e V estão corretas.

5) (Ufpa 2011)

“A soberania não pode ser representada pela mesma razão por que não pode ser alienada, consiste essencialmente na vontade geral e a vontade absolutamente não se representa. (...). Os deputados do povo não são nem podem ser seus representantes; não passam de

comissários seus, nada podendo concluir definitivamente. É nula toda lei que o povo diretamente não ratificar; em absoluto, não é lei.”

(ROSSEAU, J.J. *Do Contrato social*, São Paulo, Abril Cultural, 1973, livro III, cap. XV, p. 108-109)

Rousseau, ao negar que a soberania possa ser representada preconiza como regime político:

- a) um sistema misto de democracia semidireta, no qual atuariam mecanismos corretivos das distorções da representação política tradicional.
- b) a constituição de uma República, na qual os deputados teriam uma participação política limitada.
- c) a democracia direta ou participativa, mantida por meio de assembleias frequentes de todos os cidadãos.
- d) a democracia indireta, pois as leis seriam elaboradas pelos deputados distritais e aprovadas pelo povo.
- e) um regime comunista no qual o poder seria extinto, assim como as diferenças entre cidadão e súdito.

6) (Uff 2011)

Desde a Idade Moderna, quase todas as sociedades enfrentaram o dilema de optar entre duas concepções distintas e opostas sobre o poder. Dois filósofos ingleses Thomas Hobbes e John Locke foram responsáveis por sintetizarem essas concepções. Segundo **Thomas Hobbes**, o ser humano em seu estado natural é selvagem e cada um é inimigo do outro; mas, quando o ser humano abre mão de sua própria liberdade e a autoridade plena do Estado é estabelecida, passam a predominar a ordem, a paz e a prosperidade. Para **John Locke**, o ser humano já é dotado em seu estado natural dos direitos de vida, liberdade e felicidade e, assim, a autoridade do Estado só é legítima quando reconhece e respeita esses direitos e, para que isso se concretize, é necessário limitar os poderes do Estado.

Assinale a alternativa que apresenta as duas concepções políticas associadas, respectivamente, a esses filósofos.

- a) Mercantilismo e Fisiocracia.

- b) Classicismo e Barroco.
- c) Absolutismo e Liberalismo.
- d) Subjetivismo e Objetivismo.
- e) Nacionalismo e Internacionalismo.

7) (Uel 2010)

Leia o seguinte texto de Rousseau e responda à questão 36.

[...] só a vontade geral pode dirigir as forças do Estado de acordo com a finalidade de sua instituição, que é o bem comum, porque, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi o acordo desses mesmos interesses que o possibilitou. O que existe de comum nesses vários interesses forma o liame social e, se não houvesse um ponto em que todos os interesses concordassem, nenhuma sociedade poderia existir. Ora, somente com base nesse interesse comum é que a sociedade deve ser governada.

(ROUSSEAU, J. J. *Do contrato social*. 5. edição. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p.43).

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a relação entre contrato social e vontade geral no pensamento de Rousseau, é correto afirmar:

- a) A vontade geral, fundamento da ordem social e política, consiste na soma e, por sua vez, na concordância de todas as vontades individuais, as quais por natureza tendem para a igualdade.
- b) Pelo contrato social, a multidão promete obedecer a um senhor, a quem transmite a vontade coletiva e, por este ato de doação, torna-se povo e institui-se o corpo político.
- c) Pelo direito natural, a vontade geral se realiza na concordância manifesta pela maioria das vontades particulares, reunidas em assembleia, que reivindicam para si o poder soberano da comunidade.
- d) Por força do contrato social, a lei se torna ato da vontade geral e, como tal, expressão da soberania do povo e vontade do corpo político, que deve partir de todos para aplicar-se a todos.
- e) O contrato social, pelo qual o povo adquire sua soberania, decorre da predisposição

natural de cada associado, permitindo-lhe manter o seu poder, de seus bens e da própria liberdade.

8) (Ufsm 2009)

Para J. J. Rousseau, “A passagem do estado de natureza para o estado civil determina no homem uma mudança muito notável, substituindo na sua conduta o instinto da justiça e dando às suas ações a moralidade que antes lhe faltava”.

(Do contrato social. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 36. Coleção *Os Pensadores*).

Nessa passagem do estado de natureza para o estado civil, ocorre que o homem

- I. perde a liberdade natural e o direito ilimitado, mas ganha a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui.
- II. mantém a liberdade natural e o direito irrestrito e ainda ganha uma moralidade muito particular guiada pelo seu puro apetite.
- III. mantém a liberdade natural e o direito ilimitado, mas abdica da liberdade civil em favor da liberdade moral.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- a) I apenas.
- b) II apenas.
- c) III apenas.
- d) I e II apenas.
- e) I e III apenas.

9) (Ufu 2009)

Na Filosofia Política de Jean-Jacques Rousseau, para que o Contrato Social se concretize, uma das condições necessárias é a de que cada um aceite ceder todos os seus direitos em favor do Soberano.

A partir da afirmação acima, marque a alternativa incorreta.

- a) Isso significa que o Soberano, que é necessariamente o Rei, terá direito a qualquer ação, pois não é limitado por nenhum contrato.
- b) Apesar de cederem todos os seus direitos, os homens não são prejudicados, pois todos devem ceder seus direitos igualmente.

c) Os homens, apesar de se submeterem ao Soberano, são livres, pois são partícipes da autoridade Soberana.

d) Os homens, ao obedecerem as leis, são livres, porque obedecem a si mesmos.

10) (Ufma 2008)

Leia com atenção a seguinte afirmação de Rousseau.

“Enfim, cada um dando ninguém e, não existindo um associado sobre o qual não se adquira o mesmo direito que se lhe cede sobre si mesmo, ganha-se o equivalente de tudo que se perde, e maior força para conservar o que se tem. Se separar-se, pois, do pacto social aquilo que não pertence à sua essência, ver seguintes termos: ‘Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral, e recebemos, enquanto corpo, cada membro como parte indivisível do todo.

Imediatamente, esse ato de associação produz, em lugar da pessoa particular de cada contratante, um corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quantos são os votos da assembleia, e que, por esse mesmo ato, ganha sua unidade, seu eu comum, sua vida e sua vontade.”

ROUSSEAU, J. – J. *Do Contrato Social*. Coleção Os Pensadores.

O Pacto Social somente é possível a partir da vontade geral, descrita acima. Segundo Rousseau, tal conceito significa:

- a) vontade de todos.
- b) vontade da maioria.
- c) vontade individual.
- d) vontade de uma grande parte.
- e) vontade comum coletiva.

Referência:

<http://portaldafilosophia.blogspot.com.br/2014/08/questoes-contratualistas-2014-hobbes.html>